

Revista

ROMÁRIO

EDIÇÃO 1/2016

Bruno Landgraf
Atleta da Vela

Victoria Amorim
Atleta do Goalball

O PODER TRANSFORMADOR DO ESPORTE PARALÍMPICO

Atuação de Romário em Brasília garante recursos

■ CPI DO FUTEBOL:

CPI escancara corrupção que mata nosso futebol

■ JOVENS NEGROS:

Maiores vítimas de homicídio no Brasil são jovens e negros

■ SÍNDROME DE DOWN

Filha de Romário completa onze anos e ganha biografia

Salve, galera!

Sediar uma Olimpíada foi, durante muito tempo, o sonho de qualquer cidade do mundo. Governantes e cidadãos foram embalados pelo doce sonho de verem suas cidades mudarem com um passe de mágica: desenvolvimento econômico, mobilidade urbana, acessibilidade, crescimento do turismo.

Sede dos Jogos em 1992, Barcelona experimentou essa grande transformação, com significativa mudança na infraestrutura. Isso fez com que a cidade virasse uma espécie de cartão de visitas dos Jogos Olímpicos, sendo mencionada como exemplo do impacto positivo do mundial nas cidades. Esse exemplo, no entanto, virou exceção. E nenhuma outra sede reproduziu o feito desde aquele verão de 1992. Aos poucos, o mundo e nós, cariocas, estamos nos dando conta disso.

Enquanto a chama olímpica percorre nosso País, enfrentamos graves problemas na nossa cidade, especialmente nas áreas de saúde e segurança. Duas imagens que refletem esses problemas correram o mundo na mesma velocidade que o superatleta jamaicano Usain Bolt bate seus recordes nos 100 metros. Uma delas foi o registro de policiais que foram ao aeroporto internacional protestar com um cartaz de boas-vindas que dizia: "Bem-vindo ao inferno!". A outra imagem mostrou a manifestação de moradores, pichada

em um viaduto: "Bem-vindo, nós não temos hospitais". Tudo isso é uma enorme lição para nós. Não podemos fazer festa sem antes arrumar a casa. O Rio é sim uma Cidade Maravilhosa e o mundo merecia assistir a uma Olimpíada e uma Paralimpíada por aqui, uma pena que não conseguimos nos preparar. Não conseguimos despoluir nossa baía, nem resolver problemas de segurança. Também passamos longe de amenizar os dramas sociais e unir esta cidade dividida. Todos esses retratos, que conhecemos tão bem, serão exibidos para o mundo inteiro. Gastamos bilhões e não sabemos qual será o retorno disso.

Apesar de tudo, como um bom carioca, torço pela minha cidade. Vou erguer a tocha olímpica ao lado da minha filha Ivy, que tem síndrome de Down, na esperança de que se concretize a simbologia da "trégua sagrada" representada pela chama: que durante as competições todas as guerras cessem e que atletas e espectadores possam participar dos Jogos com segurança e paz. E que assim continue depois da festa do esporte.

**Um abraço do
amigo,
parceiro,
peixe,
Romário!**

REDES SOCIAIS



WWW.ROMARIO.ORG



[ROMÁRIO FARIÁ](#)



[@ROMARIOFARIA](#)



[@ROMARIOFARIZÉ](#)



ADICIONE: (21) 99794-9011

EXPEDIENTE

BRASILIA

SERVIÇO GERAL - VIA TUDO GLOBO, BRASÍLIA - DF - CEP 70160-000
PRAÇA DOS TRÊS PODERES - BRASILIA - DF - CEP 70160-000
TELEFONE: (61) 3308-8817/3308-0111

COORDENADOR GERAL
LETON ALBARTINI

COORDENADOR
LETON ALBARTINI
COORDENADOR GERAL
LETON ALBARTINI

COORDENADOR GERAL
RAFAEL BELLOTTI/ROMÁRIO

COORDENADOR GERAL
LETON ALBARTINI

COORDENADOR GERAL
LETON ALBARTINI



1000%

DE PRESENÇA NAS SESSÕES DELIBERATIVAS EM 2015

O senador Romário (PSB-RJ) participou de todas as sessões deliberativas do Senado Federal em 2015. Nessas sessões são votados os projetos que tramitam na Casa e a presença é obrigatória, mas apenas Romário e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) obtiveram 100% de presença nas sessões.

O senador comemorou o alto índice de assiduidade, mas ponderou que só presença não garante a

boa atividade parlamentar. "É fundamental que estejamos aqui para fazer o certo pelo país, pois sabemos que há uma grande disputa de interesses no Congresso, então, temos que ficar vigilantes. Mas não é só isso, temos que apresentar bons projetos, sermos corretos e transparentes", avalia.

Além da assiduidade alta, o mandato do senador Romário foi bastante produtivo em 2015. O Senado aprovou seu projeto de lei que

institui o ensino da Constituição nas escolas (70/2015), assim como o que institui um horário especial para servidor público que tem filho com deficiência (68/2015) e outro que garante a exibição da abertura das Paralimpíadas na TV. Todos esses foram encaminhados para análise na Câmara. O senador também conseguiu aprovar seu relatório ao projeto de Lei que criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, que já está em vigor.



COMISSÃO PRESIDIDA POR ROMÁRIO É A MAIS PRODUTIVA DE 2015

Em 2015, Romário acumulou mais um recorde na sua carreira. Só que dessa vez, no Congresso Nacional. Agora parlamentar, Romário (PSB-RJ) preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. E, no ano passado, o colegiado foi o que mais votou projetos de lei e de resolução na Casa. No total, a comissão encerrou o ano com um saldo de 77 reuniões realizadas e 100 deliberações.

“Foi um ano muito produtivo. Só tenho orgulho de encabeçar os trabalhos dos senadores sobre temas de tamanha relevância para o nosso país. Obrigado a todos os membros da comissão pelo competente trabalho”, declarou o senador, ao encerrar a última sessão deliberativa de 2015.

Para o senador, os resultados dos trabalhos da comissão são uma demonstração de que, apesar do período político e econômico conturbado, é possível que lideranças trabalhem com eficiência, de forma produtiva e colaborativa.

Nas 77 reuniões promovidas pela CE, foram votados 33 projetos

de lei do Senado em caráter terminativo; emitidos 34 pareceres de projetos de lei de outras comissões e votados oito projetos de resolução. De origem da Câmara, foram três projetos de lei terminativos, 26 pareceres, dois substitutivos e uma emenda.

Romário pondera, no entanto, que os dados não são apenas numéricos ou de mero volume de trabalho. “A comissão debateu e votou temas de grande relevância, ligados à educação, à cultura e ao esporte”, argumenta.

Um dos destaques de 2015 na CE foi a aprovação do projeto de federalização da educação, que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base (PLS 320/2008), de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Do mesmo autor, também foi aprovado o projeto que propõe a prestação de colaboração por beneficiários de bolsas de estudo de programas da União em estabelecimentos públicos de educação básica (PLS 224/2012).

Outros destaques foram a aná-

lise do substitutivo da Câmara dos Deputados sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação (PLS 17/2010); da extensão da validade da primeira fase do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por duas tentativas consecutivas (PLS 188/2010); e da destinação para as áreas da educação e da saúde de parcelas do resultado da exploração de Pré-Sal e gás natural (PLS 307/2015), de autoria da vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

“Em suma, podemos afirmar que, em um momento bastante delicado da história brasileira, em que a atividade parlamentar se encontra bastante questionada, nós, nesta comissão, podemos aproveitar a oportunidade para dar um exemplo à sociedade de como as forças políticas podem agir em convergência, com maturidade de debate, no sentido de atender ao que a sociedade espera de seus representantes”, finalizou Romário, agradecendo os trabalhos dos companheiros de comissão.

ROMÁRIO MANTÉM 4% DE ASSENTOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

O Senado aprovou em abril o marco legal dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (PLC 2/2016). Relator do projeto na Comissão de Educação, Romário (PSB-RJ) buscou garantir a inclusão e mobilidade das pessoas com deficiência nos torneios.

Por isso, manteve a destinação de 4% da capacidade das arenas para as pessoas com deficiência, conforme garantiu o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Já as

peças com mobilidade reduzida têm direito a 2% dos assentos. A proposta original do Governo previa apenas 1% dos assentos.

"Fiz questão de manter a cota de 4%. O aumento desse percentual é importante sobretudo para os Jogos Paralímpicos, que têm um potencial enorme de atrair pessoas com deficiência", explicou Romário. A medida valerá para ingressos em todas as modalidades dos Jogos Rio 2016.





DIRIGENTES DESVIAM DINHEIRO DO FUTEBOL PARA BANCAR VIDA DE LUXO

Carrões, iates, apartamentos de luxo, viagens de primeira classe e hospedagem em hotéis cinco estrelas. A vida de luxo ostentada por muitos dirigentes e empresários do futebol tem se revelado, nos últimos meses, fruto de um esquema criminoso de desvio de recursos do esporte. Essa é uma das conclusões da CPI do Futebol, que completa um ano de investigação em agosto.

Presidida pelo senador Romário (PSB-RJ), a comissão de inquérito descobriu como funcionam os esquemas envolvendo cartolas, empresas de fachada e operadores especializados em lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Os pagamentos, em troca de contratos superfaturados e favorecimentos, são feitos tanto em dinheiro vivo, quanto em bens, como

imóveis e automóveis.

Os detalhes dessas operações serão revelados em um relatório paralelo que Romário apresentará à CPI. De acordo com o senador, os indícios encontrados exibirão a criatividade sem limites da quadrilha que tomou conta do futebol brasileiro. Os esquemas utilizados avançam sobre os contratos de compras e prestação de serviços, direitos de transmissão dos jogos e contratos de patrocínio.

“A CBF é uma entidade privada, mas sem fins lucrativos. Sob esse manto, eles utilizam os símbolos nacionais para ganhar muito dinheiro sem investir no futebol”, lamenta Romário. Na opinião do senador, saem lesados atletas, torcedores e o próprio esporte, que já demonstra sinais de falência. “O futebol brasileiro foi, durante muitos anos, um dos mais admirados do planeta.

Uma paixão nacional que sempre deu muito lucro. Esses recursos deveriam servir para investir na base, para fomentar mais e mais atletas. Ao invés disso, gerou cobiça e foi parar no bolso de burocratas que não sabem sequer fazer uma embaixadinha”, aponta Romário.

Deixando de lado as paixões que desperta, o futebol é uma indústria de entretenimento altamente lucrativa. E, como uma indústria, tem sido muito mal gerida no Brasil. Ao contrário do que prevê planos de negócios de sucesso, a CBF tem diminuído o investimento no seu maior produto, apesar dos lucros terem aumentado ano a ano. A constatação é do consultor de marketing e gestão esportiva Amir Somoggi. Em 2014, por exemplo, apenas 17% das receitas da CBF foram investidas no futebol profissional e amador, revela o consultor.

PODER POLÍTICO BARRA INVESTIGAÇÕES NO CONGRESSO

A corrupção que toma conta do futebol brasileiro tem aliados poderosos. Isso tem sido revelado com as inúmeras tentativas de investigação no Congresso Nacional. A primeira CPI foi instalada no ano 2000, na Câ-

mara dos Deputados. Com o objetivo de investigar a CBF e a parceira comercial Nike, a investigação terminou sem um relatório aprovado.

Em 2001, foi a vez do Senado instalar a CPI do Futebol. Com um pouco mais de sucesso, os trabalhos da comissão deram origem ao Estatuto de Defesa do Torcedor e a uma medida provisória de reorganização do futebol.

A CPI do Futebol de 2015, pro-

posta por Romário, tem enfrentado um forte lobby para barrar as investigações. Organizados em um grupo conhecido como "Bancada da CBF", parlamentares atuaram, no último semestre, para impedir depoimentos e quebras de sigilo financeiro de investigados, através de ações na justiça e manobras regimentais. É aquilo que, no mundo do futebol, se conhece como "ganhar no tapetão". Uma dessas manobras impediu a convocação do ex-presidente da entidade Ricardo Teixeira, do atual presidente, Marco Polo Del Nero, do empresário Wagner Abrahão e de outros investigados. A bola ainda está rolando e há uma boa chance de reverter esse placar.

INVESTIGAÇÕES VÃO ATÉ 2017

Com a proximidade do fim do prazo e atrasos provocados pelas manobras da Bancada da CBF, o senador Romário conseguiu apoio para prorrogar as investigações. Ao todo, 54 senadores assinaram o requerimento de prorrogação da CPI, que seguirá com o inquérito durante o segundo semestre deste ano. Tem mais jogo por aí.

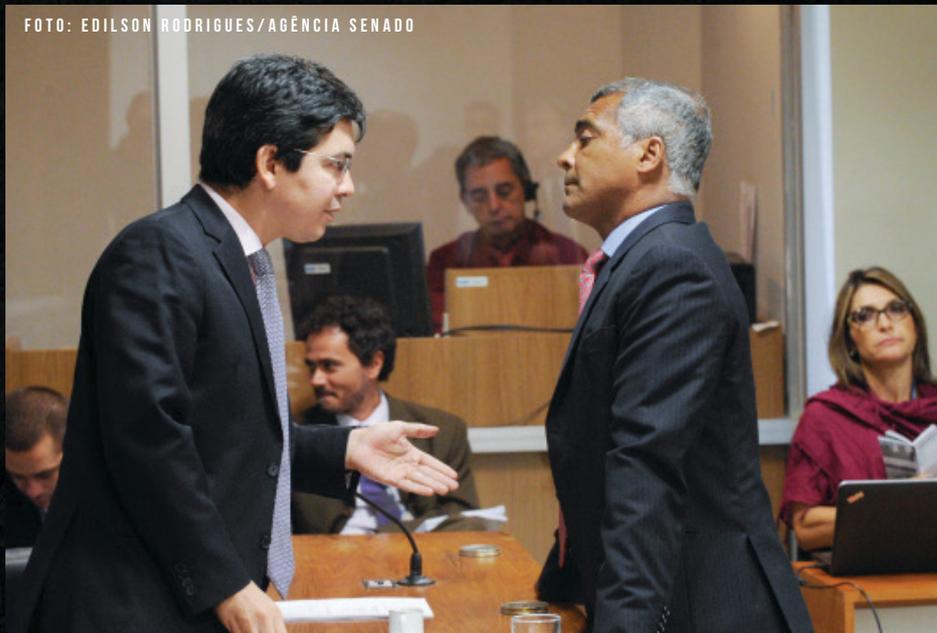


FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Tabelinha: senadores Randolfe Rodrigues e Romário na CPI do Futebol



LAVA JATO

SAIBA TUDO SOBRE A INVESTIGAÇÃO QUE ALCANÇOU OS PRINCIPAIS POLÍTICOS E EMPRESÁRIOS DO BRASIL

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a relevância econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras.

Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.



AS EMPREITEIRAS

Em um cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se cartelizaram em um "clube" para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo.



OPERADORES FINANCEIROS

Os operadores financeiros ou intermediários eram responsáveis não só por intermediar o pagamento da propina, mas especialmente por entregar a propina disfarçada de dinheiro limpo aos beneficiários. Em um primeiro momento, o dinheiro ia das empreiteiras até o operador financeiro. Isso acontecia em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Num segundo momento, o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens.



FUNCIONÁRIOS DA PETROBRAS

As empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Por isso, era conveniente cooptar agentes públicos. Os funcionários não só se omitiam em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, mas o favoreciam, restringindo convidados e incluindo a ganhadora dentre as participantes, em um jogo de cartas marcadas.

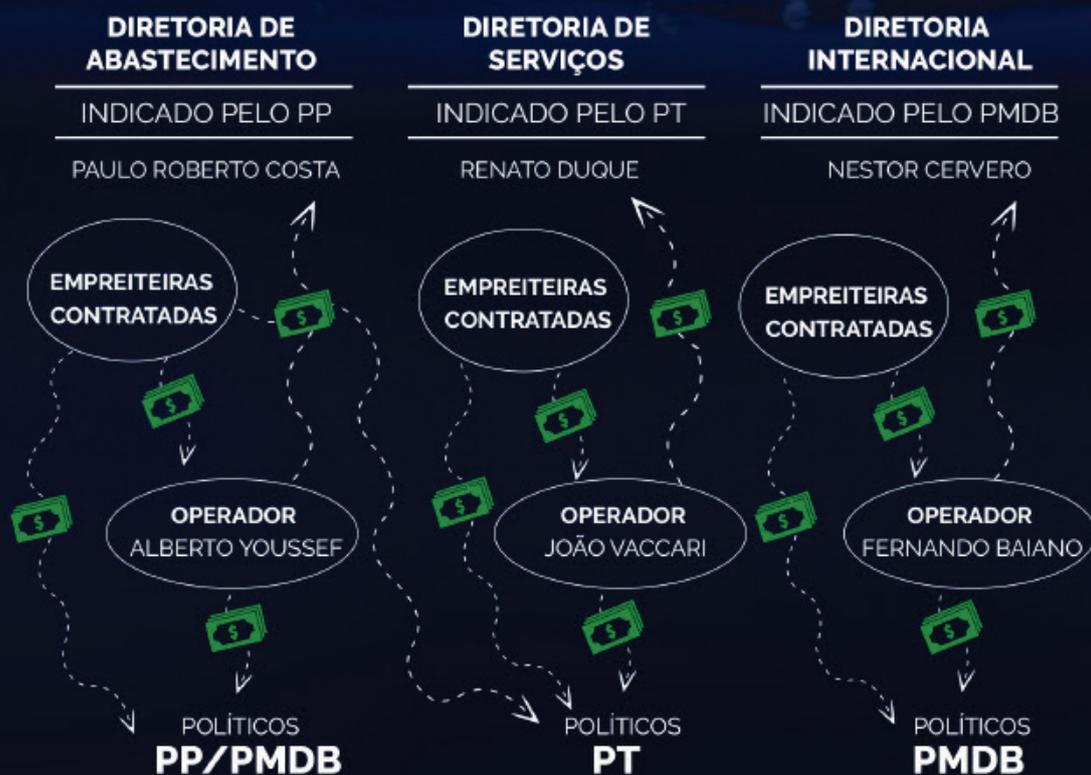
AGENTES POLÍTICOS

Outra linha da investigação – correspondente à sua verticalização – começou em março de 2015, quando o Procurador-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 são titulares de foro privilegiado. São pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em colaborações premiadas feitas na 1ª instância mediante delegação do Procurador-Geral. A primeira instância investigará os agentes políticos por improbidade, na área cível, e na área criminal aqueles sem prerrogativa de foro.

Essa repartição política revelou-se mais evidente em relação às seguintes diretorias: de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa entre 2004 e 2012, de indicação do PP, com posterior apoio do PMDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, de indicação do PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cerveró entre 2003 e 2008, de indicação do PMDB. Para o PGR, esses grupos políticos agiam em associação criminosa, de forma estável, com comunhão de esforços e unidade de desígnios para praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fernando Baiano e João Vaccari Neto atuavam no esquema criminoso como operadores financeiros, em nome de integrantes do PMDB e do PT.

O nome do caso, "Lava Jato", decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

ESQUEMA DE DESVIOS DE RECURSOS DA PETROBRAS





JOVENS NEGROS SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NO BRASIL

O Atlas da Violência 2016, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que nunca se matou tanto no Brasil. O levantamento revela que 59.627 pessoas foram assassinadas no país em 2014. Para se ter uma ideia, o número de pessoas daria para lotar o estádio do Mineirão, em Belo Horizonte.

Os dados mostram o quanto é perigoso ser jovem e negro no Brasil. Homens com até 21 anos e negros têm 147% mais chance de serem assassinados em relação a indivíduos brancos, amarelos ou indígenas. Em 10 anos, a taxa de homicídio de negros cresceu 18,2%, enquanto o de não negros diminuiu 14,6%.

"Esse massacre dilacera famílias e deixa consequências gravíssimas

para a sociedade brasileira", avalia o senador Romário (PSB-RJ).

Uma das consequências do elevado número de assassinatos recai diretamente sobre a economia. O estudo deixa claro que a partir de 2023, o Brasil vai sofrer uma diminuição subs-

**"A cor da pele
não pode ser
uma sentença
de morte".**

tancial na proporção de jovens. Com as mortes, perde-se força de trabalho em todo o país e onera ainda mais a previdência social.

Os próprios dados do Ipea dão um caminho para diminuir os assassinatos: educação. De acordo com o Atlas da Violência, quanto mais escolarizado um jovem é, menor é a possibilidade de ele ser vítima de homicídio. "A educação é um escudo contra a violência", sentencia o estudo.

Romário aponta que é necessário aliar educação, esporte e programas de primeiro emprego para os jovens. "Costumo dizer que o esporte salvou a minha vida. Nasci pobre e negro. Cresci em um ambiente cercado pela violência e vi muitos amigos, negros como eu, morrerem ainda muito jovens. É preciso criar iniciativas para salvar ainda mais vidas. A cor da pele não pode ser uma sentença de morte".

ÚLTIMAS PALAVRAS

A página do Facebook "As últimas palavras de jovens negros" reúne depoimentos de testemunhas que relatam as últimas palavras de crianças e adolescentes antes de serem assassinadas. A iniciativa mostra a realidade de alguns crimes, mas os relatos, são muito tristes:



"Quero a minha mãe",
Herinaldo Vinicius de Santana, 11 anos, 23/09/2015.

"Não precisa me matar, senhor",
Lucas Custodio, 16 anos, 27/05/2015.

"Mãe, estou com medo
de ficar aqui. Vamos embora?"
Matheus Santos de Moraes, 5 anos, 02/04/2016.

"A gente estava só brincando"
Alan de Souza Lima, 15 anos, 20/02/2015.

OS JOVENS ENTRE 15 E
19 ANOS SÃO AS MAIORES
VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

> 53%

NEGROS MORREM CADA VEZ MAIS

Em sete anos, a taxa de
homicídios entre negros cresceu

18%

Enquanto isso,
a taxa de homicídios
entre não negros baixou

15%

25 ANOS DA LEI DE COTAS

e a busca de um modelo ideal

Em 2016, a Lei de Cotas para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho completou 25 anos. Desde que foi criada, a medida estabelece que empresas com mais de 100 empregados devem destinar de 2% a 5% de suas vagas para pessoas com deficiência.

Embora tenha trazido avanços nas últimas duas décadas, a legislação ainda é considerada insuficiente para mudar o quadro de exclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

As queixas são muitas. Os beneficiados alegam que as empresas não cumprem as cotas. Enquanto as empresas alegam que não conseguem preencher as vagas por não encontrar os profissionais. Uma das justificativas é a falta de qualificação das pessoas com deficiência. O problema realmente existe. O Censo de 2010 apurou que 61,1% das pessoas com deficiência não tinham ensino fundamental completo.

Em busca de uma solução, o se-

nador Romário (PSB-RJ) apresentou uma proposta para flexibilizar a contratação. A ideia era possibilitar que profissionais sem experiência fossem contratados como aprendizes – pelo prazo máximo de dois anos –, de modo que as pessoas com deficiência tivessem a oportunidade de serem qualificadas e as empresas conseguissem preencher as vagas. O senador carioca sugeriu a alternativa no parecer que apresentou ao Projeto de Lei 118 de 2011, do senador Ciro Nogueira. O texto, no entanto, foi duramente criticado. Entidades em defesa das pessoas com deficiência entenderam que isso seria um retrocesso. Sensível à causa, Romário promoveu uma ampla reunião com as partes envolvidas e o projeto foi rejeitado. A reunião, no entanto, possibilitou o nascimento de novas ideias para solucionar o problema.

Uma das sugestões foi destinar ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) todos os recursos provenientes de

multas aplicadas às empresas que não cumprem a Lei de Cotas. Outra sugestão foi a possibilidade de entidades como APAEs e PESTALOZZI promoverem a qualificação profissional e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Também foi sugerido que a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) realize uma pesquisa sobre as pessoas com deficiência em parceria com o Ministério do Trabalho. Hoje sabe-se, por exemplo, que do percentual de 25% de pessoas com deficiência no Brasil, somente 5,5% estão em condições de exercer atividades laborais. A pesquisa deve ajudar na elaboração de programas que auxiliem as empresas e as pessoas que buscam uma colocação profissional. A ideia é que esses programas sejam promovidos pelas entidades do “Sistema S”, mas também por escolas públicas, em especial, aos institutos federais de educação profissional.





Secretaria nacional vai atuar
em defesa dos direitos das

pessoas com deficiência

No fim de junho, a ativista Roseane Cavalcante Freitas, mais conhecida como Rosinha da Adefal, foi nomeada para assumir a recém-criada Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A pasta fica no âmbito do Ministério da Justiça e tem a função de articular e coordenar as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Ex-deputada federal, Rosinha da Adefal, teve o nome referendado para o cargo por parlamentares de vários partidos, como os senadores Romário (PSB-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS) e os deputados federais Otávio Leite (PSDB/RJ) e Eduardo Barbosa (PSDB/MG). Antes de assumir a

função, ela ocupava o cargo de secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas.

Para o senador Romário, o nome de Rosinha agrega força à luta. “Além de representatividade na área, Rosinha tem um ótimo diálogo com o Congresso Nacional. Facilitando e garantindo que demandas apresentadas tenham um rápido atendimento”, avaliou. Entre os desafios da nova secretaria está articular as políticas voltadas para as pessoas com deficiência junto aos ministérios, como manter diálogo com o Ministério do Trabalho e Previdência para acompanhar a concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Assim como, cobrar do Ministério das Cidades o cumprimento da Lei

Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê cidades acessíveis. Outra função da secretaria será fortalecer os Conselhos dos Direitos das Pessoas com Deficiência em níveis estaduais, municipais e distritais.

PERFIL

Rosinha da Adefal é usuária de cadeira de rodas desde os dois anos de idade, depois de ser acometida com poliomielite e começou a lutar pela causa ainda muito jovem. Antes de ser eleita deputada federal em 2010, Rosinha dirigiu a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal), de onde vem seu nome político.

ESCOLAS PARTICULARES FICAM PROIBIDAS DE COBRAR A MAIS DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DECIDE STF

Importante vitória na luta pela inclusão. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucionais as normas da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelecem a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular. Com isso, as instituições particulares ficam proibidas de cobrar tarifas-extras de alunos com deficiência.

A decisão majoritária foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Eles alegaram na ação que a nova lei estabelece medidas de alto custo para as escolas privadas, o que levaria ao encerramento das atividades de muitas delas.

Ao votar pela improcedência da ADI, o ministro relator Edson Fachin salientou que o estatuto reflete o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição Federal ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também as particulares, devem

pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades do direito fundamental à educação. "O ensino privado não deve privar os estudantes – com e sem deficiência – da construção di-

“O ensino privado não deve privar os estudantes – com e sem deficiência – da construção diária de uma sociedade inclusiva e acolhedora”.

EDSON FACHIN, MINISTRO DO STF

ária de uma sociedade inclusiva e acolhedora, transmutando-se em verdadeiro local de exclusão, ao arrepio da ordem constitucional vigente”, afirmou.

O relator salientou ainda que, embora o serviço público de educação seja livre à iniciativa privada,

independentemente de concessão ou permissão, isso não significa que os agentes econômicos que o prestam possam atuar ilimitadamente ou sem responsabilidade. Ele lembrou que, além da autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público, é necessário o cumprimento das normas gerais de educação nacional e não apenas as constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996), como alegou a Confenen.

O ministro ressaltou que as escolas não podem se negar a cumprir as determinações legais sobre ensino, nem entenderem que suas obrigações legais limitam-se à geração de empregos e ao atendimento à legislação trabalhista e tributária. Também considera incabível que seja alegado que o cumprimento das normas de inclusão poderia acarretar em eventual sofrimento psíquico dos educadores e usuários que não possuem qualquer necessidade especial. “Em suma: à escola não é dado escolher, segregar, separar, mas é seu dever ensinar, incluir, conviver”, afirmou o relator.

ROMÁRIO QUER **MULTA** PARA ESCOLAS QUE DESCUMPRIREM A REGRA

Em março, o Senado aprovou o projeto de autoria do senador Romário que estabelece multa para as escolas que cobrarem a mais de alunos com deficiência (PLS 45/2015). O texto agora está na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, as instituições particulares devem matricular todos os alunos com deficiência, independente da condição física, sensorial ou intelectual. Quem for cobrado em quantia indevida deve receber o valor de volta, em dobro, com juros e correção monetária.

O objetivo é justamente inibir a prática, já que algumas escolas se recusam a respeitar o artigo 28 da LBI, que proíbe a taxa-extra. "Com o projeto, quero trazer mais uma garantia para os pais de alunos, estabelecendo multa justa para quem desrespeitar a norma", esclarece Romário.

O QUE DIZ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO:

O artigo 28 da LBI orienta as escolas a planejar o atendimento às pessoas com deficiência no currículo escolar, as obriga a disponibilizar materiais didáticos. Também deter-

mina a contratação de profissionais formados em Libras, além de exigir acessibilidade nos prédios.

O QUE DIZ O PROJETO DE ROMÁRIO:

O PLS 45/2015 obriga que as instituições particulares devem matricular todos os alunos com deficiência, independente da condição física, sensorial ou intelectual. Quem for cobrado em quantia indevida deve receber o valor de volta, em dobro, com juros e correção monetária.



Síndrome de Down

21 HORAS

PELA INCLUSÃO

Em março deste ano, uma série de eventos e oficinas de capacitação marcou o Dia Internacional da Síndrome de Down no Senado. Com o tema "21 Horas pela Inclusão", a programação contou com três dias de atividades sobre educação inclusiva, acessibilidade, comunicação, comportamento, entre outras.

A abertura do evento foi dia 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down e contou com a presença do senador Romário, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, e do embaixador do Reino Unido, Alex Ellis, que apoiou a realização do seminário. A parte lúdica ficou por conta do grupo musical Surdodum.

Na ocasião, também foi lançado o livro *O Mundo de Ivy: 11 anos de uma Downzinha Muito Feliz*, da filha do senador Romário. A autobiografia conta de forma divertida, e sob o ponto de vista de uma criança, como é ter síndrome de Down.

"Este é o segundo ano consecutivo que promovemos este evento no Senado dedicado às pessoas com síndrome de Down. É importante que levantemos a questão da deficiência para que a sociedade esteja cada vez mais consciente em relação às necessidades dessas pessoas e se prepare para recebê-las com a dignidade e a igualdade que elas merecem", afirmou o senador Romário.



OFICINAS

Nos dias 22 e 23 de março, foram oferecidas gratuitamente oficinas com profissionais de diversas especialidades relacionadas a vários temas ligados à deficiência.

Uma das oficinas oferecidas foi a "Apraxia da Fala Durante a Infância", um distúrbio neuro-motor que afeta a capacidade de a criança produzir corretamente as palavras. "A gente precisa entender que a linguagem é muito mais que uma expressão de fala, mas sim algo que estrutura o indivíduo e organiza o pensamento. Geralmente, nós nos organizamos por linguagem e não por imagem", explicou a fonoaudióloga e especialista em reabilitação cognitiva Ana Leonor Bacilon, que conduziu a oficina.

Segundo Ana Leonor, o diagnóstico do transtorno de linguagem pode levar tempo e requer uma análise cuidadosa, já que o problema costuma ser confundido com outras doenças, como a deficiência intelectual e o distúrbio de aprendizagem. Ela ressaltou que a participação da família no tratamento costuma contribuir para a evolução do paciente.



Síndrome de Down: abertura do evento lota o auditório Petrônio Portela no Senado Federal



Foram oferecidas oficinas com profissionais de diversas especialidades



Romário discursou na abertura do evento

FOTOS: BRUNA BASILIO

21/03

O Dia Internacional da síndrome de Down foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. A data, 21 de março, é uma referência à trissomia do cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA do indivíduo e resulta nas características físicas e cognitivas peculiares das pessoas com a síndrome.

O poder transformador do esporte paralímpico

Julho de 2004, o mundo acompanhava as Paralimpíadas de Atenas. No interior de Minas Gerais, o jovem Daniel Dias assistia pela televisão o nadador paralímpico Clodoaldo Silva ganhar seis medalhas de ouro. Nascido com má formação congênita dos membros superiores e da perna direita, Daniel nunca havia pensado em disputar uma prova esportiva daquela magnitude.

"Eu vi o Clodoaldo nadando na TV, me interessei e fui procurar saber como funciona o esporte. Me apresentaram uma associação de natação. Em oito aulas, eu havia aprendido os quatro estilos de nado. Foi tudo muito rápido", conta.

Hoje, Daniel Dias nada ao lado do ídolo Clodoaldo e acumula quinze medalhas em Paralimpíadas (dez ouros, quatro pratas e um bronze). É também o único esportista a vencer três vezes o troféu Laureus, o Oscar do esporte. "Essa é a transformação que o esporte promove. Um cara me inspirou, eu busquei a natação e hoje vou disputar uma Paralimpíada no meu país", comemora.

Para o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons, esse exemplo é uma prova do poder de transformação do esporte paralímpico. "A gente vê claramente nessa história como um evento desse porte, o sucesso de um medalhista pode influenciar milhares de jovens com deficiência. Isso os traz para o esporte e, consequentemente, promove mais saúde e inclusão. É uma cadeia muito difícil de ser quebrada", explica.

FOTO: JONNE RORIZ/MPX/CPB

Esporte reduz gastos com saúde e previdência

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a cada dólar investido no esporte, são economizados 3 dólares em saúde. Isso porque pessoas que se exercitam regularmente previnem doenças crônicas, estresse, ansiedade, depressão e ainda melhoram a capacidade mental. E os reflexos positivos são

“Pessoas que poderiam estar em uma cama pelo tamanho de suas dificuldades, estão tentando levar a vida, se incluindo, socializando”

sentidos por toda a sociedade.

O presidente do Comitê Paralímpico explica que, especificamente em relação a pessoa com deficiência, os efeitos são sentidos até no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na previdência social.



Paralímpico: Antônio Leme comemora medalha nos Jogos Parapan-Americanos de Toronto

Um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, capitaneado pela pesquisadora Márcia da Silva Campeão, concluiu que o esporte Paralímpico é capaz, não só de melhorar a saúde de atletas, como também empoderar socialmente. A pesquisadora concluiu que o esporte oferece condições para que “o protegido, no futuro, torne-se capaz de proteger a si mesmo”.

E o esporte não discrimina ninguém, até as pessoas com alto comprometimento motor conseguem

praticar alguma atividade. Um exemplo disso é a categoria BC3 da bocha paralímpica. “A bocha é uma das modalidades que mais reforça a expressão de inclusão porque inclui pessoas que não poderiam praticar nenhum outro esporte. Pessoas que poderiam estar em uma cama pelo tamanho de suas dificuldades, estão se incluindo, socializando”, declarou a atleta paralímpica Daniele Martins durante os jogos Parapan-Americanos de 2015.

Uma história de **ouro brasileiro!**



FOTO: MARCIO RODRIGUES/CPB

Jogos Paralímpicos de Londres, prova dos 200 metros rasos. O favorito é o sul-africano Oscar Pistorius, recordista da categoria e considerado o melhor velocista com deficiência da história. Na largada, ele ganha uma grande margem de liderança à frente dos competidores.

De repente, um brasileiro ainda pouco conhecido desponta da raia sete, ultrapassa dois competidores e, em segundos, está lado a lado de Oscar Pistorius. Em uma arrancada sensacional, o brasileiro ultrapassa o favorito na reta final. Com 21 segundos e 47 centésimos, Alan Fonteles de Oliveira entra para a história com o ouro para o Brasil.

“Muitas pessoas me diziam que Pistorius estava além, que era de outro planeta. Mas eu mostrei que não é assim. Eu também posso fazer o meu melhor e ganhá-lo”, disse o atleta sobre a prova.

Atuação de Romário garante recursos



FOTO: BRUNA BASILIO

Romário e a atleta paralímpica Victória Amorim, do goalball

Para garantir que o esporte continue gerando benefícios à sociedade brasileira, o senador Romário (PSB-RJ) atua em Brasília para aumentar e tornar mais eficiente a distribuição recursos na área. Em 2015, ele ajudou a aprovar a Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência e assegurou um significativo aporte de recursos para

o esporte paralímpico.

Como relator da nova legislação, Romário apoiou o aumento, de 2% para 2,7%, da destinação de recursos das loterias federais para o financiamento do esporte. Desse aporte de recursos, o Comitê Paralímpico ficava com 15%. Hoje subiu para 37,04%. Com a nova lei, a previsão de arrecadação em 2016 chega

a R\$140 milhões. No ano passado, antes da legislação, a arrecadação foi de R\$ 43 milhões. Após a aprovação no Senado, o governo queria vetar a alteração. Foi necessária a atuação do senador carioca para explicar ao Executivo que a medida não aumentava gastos. Primeiro porque os recursos são oriundos da arrecadação das loterias. Segundo porque apenas redistribuía as porcentagens do esporte olímpico e paralímpico. Só então o texto foi sancionado.

“Foi uma alegria muito grande ver essa lei sancionada. O esporte paralímpico orgulha nosso país e transforma a vida de milhões de pessoas. Ainda há alguns que criticam o investimento no esporte, mas isso é uma visão estreita porque quando investimos em esporte, investimos em reabilitação, saúde, bem-estar, segurança pública. O esporte afasta o jovem da violência, promove inclusão social e previne muitas doenças”, aponta o senador. Ele também explica que o investimento na atividade esportiva não anula os outros investimentos prioritários, como saúde e educação.



FOTO: BRUNA BASILIO

Atleta paralímpico Bruno Landgraf, da Vela

Como era:

2% do valor arrecadado com as loterias federais eram destinados ao esporte. Deste total:

• **15%** era para o esporte paralímpico

• **85%** ficava com o esporte olímpico

Como ficou:

2,7% do valor arrecadado com as loterias federais devem ser investidos no esporte:

• **37,04%** para o esporte paralímpico

• **62,96%** para o esporte olímpico

Brasil: Potência Paralímpica

De 2004 a 2016, os recursos destinados ao esporte paralímpico pelas loterias federais passaram, ano a ano, de R\$ 12 milhões para R\$ 43 milhões.

Na mesma proporção, a colocação do Brasil em Paralimpíadas passou do 24º lugar, em Atenas (2004), para o 7º lugar, em Londres (2012). A participação dos atletas também aumentou. De 98 membros em Atenas, para os 278 que participarão dos Jogos no Rio, a maior delegação da história. Segundo o presidente do CPB, o im-

pacto dos novos investimentos em número de medalhas deve aparecer principalmente a partir dos Jogos de Tóquio em 2020, mas já influenciam na preparação de atletas de base e do alto rendimento.

Com os recursos, o CPB passa a ser gestor do Centro de Treinamento Paralímpico de São Paulo, casa de 15 modalidades paralímpicas. "Nós não vamos depender de outros orçamentos para administrar o centro. Isso nos dá autonomia para conseguirmos planejar a longo prazo", explica.

Desempenho do Brasil nos Jogos Paralímpicos x Investimentos

Jogos	nº de Atletas	Posição no quadro de medalhas	Recursos das loterias federais por ano*
Atenas 2004	98	14º	12 milhões
Pequim 2008	187	9º	16 milhões
Londres 2012	181	7º	30 milhões
Rio 2016	278	5º (meta)	140 milhões

*os valores se referem apenas ao ano dos Jogos e não ao ciclo de quatro anos

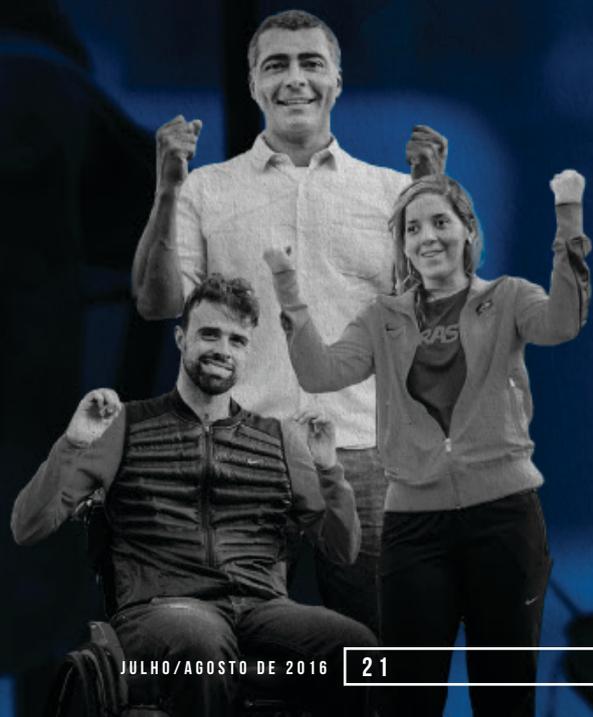
Preparação de atletas

Os recursos também são usados na preparação de atletas de base. São crianças e adolescentes com deficiência que ainda não disputam competições internacionais. "O impacto na base é imediato, mas esse investimento vai nos fazer alçar grandes voos em um universo de 10 anos", avalia.

O velocista Petrucio Ferreira é um dos que já sentem a diferença. Com 19 anos, o atleta foi Ouro no Parapan de Toronto e é o homem mais rápido do planeta nos 200 metros rasos. Descoberto por um professor de educação física enquanto jogava futebol na escola, Petrucio foi levado para as Paralimpíadas Escolares em João Pessoa em 2013.

De lá, Petrucio chamou a atenção de um olheiro do CPB e hoje treina na estrutura do alto rendimento, fruto de um convênio entre a Universidade Federal da Paraíba e o Ministério do Esporte. O local

tem estrutura para o desenvolvimento de atletas de base e alto rendimento. "Vivo um sonho. Aqui é a minha segunda casa. Tenho orgulho de mostrar que é aqui onde treino para mostrar o melhor para o meu país", se orgulha.





MÉDICOS DESCONHECEM MAIORIA DAS DOENÇAS RARAS, RELATAM PACIENTES

Em fevereiro deste ano, pacientes protagonizaram o seminário “A Voz das Pessoas com Doenças Raras”, promovido pelo senador Romário (PSB-RJ). O evento, que acontece anualmente desde 2012, reuniu ainda parlamentares e especialistas no assunto.

Com o microfone nas mãos, as pessoas que lutam contra alguma enfermidade rara aproveitaram para desabafar. A principal crítica em relação aos profissionais de saúde foi a falta de conhecimento da causa. Na opinião dos pacientes, a maioria dos médicos não têm conhecimento sobre doenças raras.

Uma das pacientes que relatou o problema foi Anália Maia. Ela tem cavernoma cerebral, uma doença que causa lesões no cérebro e na medula espinhal, provocando sintomas diversos, como convulsão, dor de cabeça ou deficiência neurológica. Aos presentes, Anália relatou que, devido ao problema, estudou tanto o assunto que se tornou uma referência para outros pacientes. Ela lembrou uma história no mínimo constrangedora. “Recebi o email de um paciente de cavernoma cerebral preocupado porque seu médico lhe havia receitado aspirina para suas dores de cabeça, mas aspirina é um

anticoagulante e poderia agravar os constantes sangramentos”, explicou. Ele, é claro, declinou da indicação médica.

Diagnósticos errados e tratamentos equivocados são uma constante na vida de quem enfrenta a dura realidade de ter uma doença rara. “Alguns médicos nunca ouviram falar na doença e os que conhecem passam tratamentos errados”, relatou.

Há ainda profissionais que desistem do paciente, como conta Carmelina Dias. “Já ouvi que não havia medicamento, nem cura para minha doença”, revela a paciente de Linfangioleiomiomatose (LAM). Carmelina se indignou com a postura pessimista do profissional que a atendeu. Mas, apesar do desestímulo, não desanimou. Ela segue na luta em busca de tratamento e lembra que a função do médico não é só a cura, mas qualidade de vida do paciente. “Isso já é feito com outras doenças, como a Aids e o diabetes”, argumenta.

Diariamente, em todo o Brasil, pacientes colecionam histórias tristes de demoras e diagnósticos errados. O problema limita ainda mais as possibilidades, já escassas, de tratamento. Até o médico imunologista e angiologista Welton Correia

foi atingido com o problema. Ele desenvolveu a doença de Pompe e sofre com as consequências de um diagnóstico tardio. Com sérias dificuldades para respirar, andar e levantar, Welton admite que, como médico, negligenciou a própria saúde. “Quanto mais rápido você diagnostica a doença, mais rápido inicia o tratamento, diminuindo a possibilidade de sequelas incapacitantes”, explica. Conhecendo os dois lados da moeda, Welton sentencia: “precisamos de médicos que não desistam de nós!”.

O relato dos pacientes coincide com a opinião de profissionais da saúde. O diretor de Autoridade e Registro Sanitário da Anvisa, Renato Alencar Porto, declarou durante o seminário que o principal desafio da agência hoje é disponibilizar os medicamentos com rapidez para as pessoas com doenças raras. Para isso, no entanto, ele defendeu a necessidade de se diminuir o tempo de diagnóstico.

A chefe do Núcleo de Genética do Hospital de Apoio de Brasília, Gislle Maria de Araújo, também reforçou o desconhecimento dos profissionais. “O tema é pouco abordado nas faculdades. Temos que mudar os currículos”, defendeu.

ROMÁRIO LAMENTA DESINTERESSE DE LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS

Durante o evento, o senador Romário (PSB-RJ) destacou que outro problema grave enfrentado pelas pessoas com doenças raras é a falta de medicamentos. Ele explica que, por ter baixa incidência, os laboratórios não têm interesse em investir em pesquisas.

De acordo com o Ministério da Saúde, são classificadas como doenças raras aquelas que afetam 65 pessoas a cada 100 mil habitantes. "Por isso, infelizmente muitas doenças não são priorizadas, em termos de medicamentos, nem em pesquisas para se buscar novos tratamentos", lamenta o senador.

Apesar do problema, Romário acredita que o panorama tem mudado aos poucos. Ele lembrou que, em 2014, o Ministério da Saúde baixou uma portaria que Institui a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras. "É evidente que essa medida ainda não é suficiente para resolver todos os problemas que envolvem o tema, mas precisamos reconhecer que é um movimento significativo", afirmou Romário.



Romário ouviu as demandas dos pacientes e dos profissionais de saúde



O evento acontece desde 2012 e reúne parlamentares e especialistas no assunto

Filha de Romário, Ivy
completa 11 anos e ganha

Biografia



Uma história sobre diferenças, respeito, talento e felicidade. Assim pode ser definido o livro *O Mundo da Ivy – 11 anos de uma Downzinha Muito Feliz*, que narra a vida da filha mais nova do craque de futebol – e hoje senador – Romário.

Em 120 páginas, o livro publicado pela Zit Editora, escrito por Angélica Lopes, com ilustrações de Cris Alhadeff, eterniza as aventuras da filha caçula de Romário. Ivy divertida, aventureira, amorosa, independente e sonhadora, como qualquer outra criança da sua idade. A publicação tem o mérito de tratar com leveza e humor a síndrome de Down e suas características.

Romário se derrete ao falar da filha e do livro. “Estou realizando um sonho. Quando a gente se torna pai, as conquistas dos nossos filhos passam a ser a nossa razão de viver. Eu sempre quis mostrar para todo mundo o que ela tinha de especial e agora temos oportunidade com esse livro”, explica.

A idade escolhida para o lançamento não foi à toa, 11 é o número que estampava a camisa de Romário na época que ele era jogador.

Mesmo sem ter a intenção, o livro instrui pais e professores, dando dicas de como estimular o pleno desenvolvimento das crianças com a síndrome. “Às vezes, uma pessoa não sabe fazer uma coisa, daí tenta,

tenta, até conseguir. Um Downzinho que fica em casa sem atividade não se desenvolve direito e fica morrendo de tédio. Por isso, minha família não me deixa parada um segundo", explica Ivy.

Ela também rebate todas as limitações que disseram que teria e ajuda a derrubar mitos sobre o tema. "Primeiro disseram que eu não ia conseguir falar direito. E hoje... Sou a maior tagarela do mundo. Minha irmã Bellinha quase fica louca. (Se bem que ela fala para caramba, também)", brinca.

Sendo filha de Romário, claro que Ivy também não foge de uma boa polêmica e fala de como as manchetes de jornal foram precon-

ceituosas na época do seu nascimento.

"Quando eu nasci, teve um jornal que escreveu: - Romário enfrenta drama com o nascimento do sexto filho. Como assim?! Drama!! Ele e minha mãe estavam babando de felicidade comigo no colo", se orgulha.

A publicação está à venda nas principais livrarias do país e 5% das impressões e 2% da renda serão doados para entidades de apoio às crianças com síndrome de Down.



FOTOS: BRUNA BASILIO



FOTO: SATIRO SODRÉ / AGIF

FUTEVÔLEI NAS OLIMPIÁDAS

Das areias do Rio para o mundo



FOTO: FERNANDO SOUTELLO / AGIF

De 24 a 28 de agosto de 2016, pode acontecer o Rio 2016 Futevôlei - Torneio Mundial na praia de Copacabana

Além dos esportes tradicionais das Olimpíadas e Paralimpíadas, quem estiver no Rio de Janeiro no final de agosto talvez terá a oportunidade de assistir a um torneio internacional de futevôlei. A exibição do esporte no intervalo dos jogos foi articulada pelo senador Romário (PSB-RJ) junto ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Entusiasta do futevôlei, Romário buscou no COB apoio para divulgar o esporte genuinamente brasileiro e a resposta veio após meses de negociações. O ex-atleta recebeu a promessa de realização de um grande campeonato, com cinco categorias, na praia do Leme, mesmo local onde serão realizados os jogos do vôlei de praia.

"Meu sonho é ver o futevôlei se tornar um esporte olímpico. Estou muito feliz com essa confirmação, porque assim o Comitê Olímpico Internacional terá a oportunidade de ver o potencial dessa modalidade", explicou Romário.

Projeto de Romário

amplia oferta de educação para adultos com deficiência

Aprovada há um ano, a Lei Brasileira de Inclusão, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura um sistema educacional inclusivo. Essa medida, no entanto, não está clara na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Atento ao problema, o senador Romário apresentou um projeto para estabelecer que os sistemas de ensino tenham programas e ações para jovens e adultos com deficiência. Essas ações podem ser feitas em parceria com as famílias e em articulação com órgãos de saúde, assistência social e direitos humanos (PLS 208/2016).

"Ao longo dessa minha luta, recebi inúmeros pedidos de ajuda e tomei conhecimento de situações dramáticas de pessoas que não tiveram, enquanto criança ou adolescente, a oportunidade de estudar. A

falta de acesso à educação impede o pleno exercício dos direitos para qualquer pessoa, como ter acesso a um emprego, por exemplo. A questão fica um pouco mais dramática para aqueles que têm algum tipo de deficiência. Logo, abrir as portas das escolas para as pessoas com deficiência, tenham elas a idade que tiverem, é um dever inadiável", defende o senador carioca.

Para Romário, a inclusão dessa medida na LDB vai facilitar o acesso dos alunos com deficiência a serviços que garantam o pleno exercício de direitos. Relator do projeto na Comissão de Educação, o senador Paulo Paim (PT-RS) apoiou a matéria. "O cuidado com o cidadão relegado ao limbo pela ausência de políticas públicas consistentes certamente podem contribuir de forma significativa para que tenhamos um país mais justo", avaliou o relator.*



*Informações da Agência Senado



WWW.ROMARIO.ORG



ROMÁRIO FARIA



@ROMARIOFARIA



@ROMARIOONZE



ADICIONE:
21 997949911

